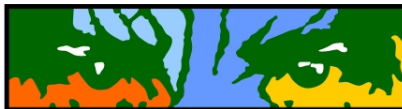


P R O J E T O



# Aldeias Vigilantes

## REGISTRO DE VIAGEM E AÇÕES DA 2ª FASE DO PROJETO ALDEIAS VIGILANTES

OFICINA DE EMPODERAMENTO  
PROJETO ALDEIAS VIGILANTES

DE 6 A 8 DE AGOSTO DE 2006.

TERRA INDÍGENA NUKINI  
POVO NUKINI

EXECUÇÃO:



APOIO:



GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA

PARCERIAS :



Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre **AMAAI/AC**

**OPIN**  
ORGANIZAÇÃO DOS  
POVOS INDÍGENAS

**PGE**  
Procuradoria Geral do Estado do Acre  
Procuradoria do Meio Ambiente



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO ACRE  
COORDENADORIA DO MEIO AMBIENTE E DO  
PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE  
**IMAC - SEMA - SEPI**





## REALIZAÇÃO

Amazonlink.org

## APOIO

Ministério da Justiça – Secretaria de Direito Econômico  
Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direito Difuso – CFDD

## PARCERIAS

MMA – Ministério do Meio Ambiente /DPG – Departamento de Patrimônio Genético

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

MPE – Ministério Público Estadual

MPF – Ministério Público Federal

IMAC/SEMA – Instituto de Meio-Ambiente do Estado do Acre/ Secretaria de Meio-Ambiente e Recursos Naturais

SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas

ISA – Instituto Sócio-ambiental

PF - Polícia Federal

PGE – Procuradoria Geral do Estado

OPIN – Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia

PGAI – Projeto de Gestão Ambiental Integrado

OFICINA DE EMPODERAMENTO  
**PROJETO ALDEIAS VIGILANTES**

**DE 6 A 8 DE AGOSTO DE 2006.**

TERRA INDÍGENA NUKINI  
POVO NUKINI



## [ EQUIPE DE CAMPO ]

AMAZONLINK.ORG

**Marta Nogueira do Nascimento**

Coordenador do Projeto Aldeias Vigilantes

**Lyvia Milenna de Souza Rocha**

Técnica da Amazonlink.org

**Renato Farias de Araujo**

Técnico da Amazonlink.org

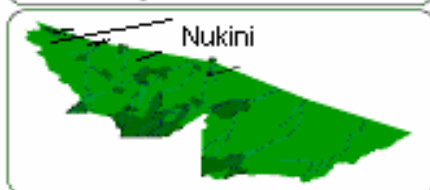
**Gardenia Rodrigues**

Técnica da Amazonlink.org



## [ LOCALIZAÇÃO ]

Terras Indígenas no Estado do Acre





## [ SUMÁRIO ]

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>04</b>
<b>2. POVO NUKINI</b>	<b>04</b>
2.1. Informações Gerais	
<b>3. PLANEJAMENTO DA OFICINA</b>	<b>05</b>
3.1. Referência	
3.2. Equipe	
3.3. Local	
3.4. Metodologia	
3.5. Programação	
<b>4. VIAGEM</b>	<b>12</b>
<b>5. OFICINA</b>	<b>13</b>
<b>6. AVALIAÇÃO</b>	<b>17</b>
6.1. Avaliação da Comunidade	
<b>7. ANEXOS</b>	<b>18</b>
I – Lista de Presença	
II - Autorizações	



OFICINA DE EMPODERAMENTO  
PROJETO ALDEIAS VIGILANTES

DE 6 A 8 DE AGOSTO DE 2006.

TERRA INDÍGENA NUKINI  
POVO NUKINI



## [ 1. INTRODUÇÃO ]

A sexta oficina em comunidade indígena da segunda fase do projeto **“Aldeias Vigilantes”**: uma nova abordagem na Proteção dos Conhecimentos Tradicionais e no Combate a Biopirataria no Estado do Acre, executada junto ao Povo Indígena Nukini entre as datas 6 e 8 de agosto de 2006, foi um trabalho de capacitação e envolvimento das comunidades da T.I. Nukini, no alto rio Moa, município de Mâncio Lima/AC no combate à biopirataria e na proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Essa oficina contou com apoio institucional e logístico de vários parceiros, especialmente o IBAMA e a Secretaria Extraordinária de Povos Indígenas – SEPI.

## [ 2. POVO NUKINI ]

### 2.1. Informações Gerais<sup>1</sup>

O povo **Nukini** é parte do conjunto de povos da língua Pano, da região do vale do Juruá. Vivem ao longo dos igarapés Timbaúba, Meia Dúzia, República, Capanawa e na margem esquerda do rio Mõa. Em sua maioria, encontram-se no interior da Terra Indígena Nukini, no Município de Mâncio Lima.

Em decorrência do contato com a frente de expansão da borracha, atualmente são poucos os indivíduos que falam a língua materna. Porém, existe um movimento de resgate do idioma, partindo do ensino fundamental dado na escola.

Também citado na literatura como Remo, o povo Nukini tem em comum com outros povos da região uma experiência histórica devastada pela expropriação, pela violência e pela exploração protagonizada pela empresa seringalista desde meados do século XIX. Devido a esse intenso contato com os seringueiros, pequenos produtores e ribeirinhos existentes na região do alto Juruá, os Nukini incorporaram muitos de seus costumes, mas cultivam

---

<sup>1</sup> Informações retiradas do site [www.socioambiental.com.br](http://www.socioambiental.com.br) e do livro “Povos do Acre – História Indígena da Amazônia Ocidental”



sua singularidade principalmente no que diz respeito à sua organização social.

Os Nukini possuem uma organização clânica, e os mais idosos conseguem definir com precisão toda a descendência patrilinear das famílias Nukini, classificando seus membros de acordo com os clãs a que pertencem: Inubakëvu (“gente da onça pintada”), Panabakëvu (“gente do Açaí”), Itsābakëvu (“gente do Patoá”) ou Shānumbakëvu (“gente da cobra”). Muitos dos jovens Nukini, porém, desconhecem à qual clã pertencem, desconsiderando tal critério para suas escolhas matrimoniais. Atualmente o povo Nukini vive um momento de organização de sua educação diferenciada, com uma grande escola na aldeia República.

## [3. PLANEJAMENTO DA OFICINA]

### 3.1. Referência

Em fevereiro de 2006, entre os dias 15 e 17, aconteceu o seminário Ciência e Saber na Amazônia: o Valor do Conhecimento (Princípios para proteção, pesquisa e Uso dos Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade). Foram convidadas diversas lideranças das diferentes etnias do Acre com o fim de discutir o caráter de atuação do projeto Aldeias Vigilantes e a definição das T.I. interessadas em participar da execução do projeto, recebendo uma oficina de empoderamento para a prevenção da biopirataria, a T.I. Nukini foi uma destas indicadas e aceitas pelas lideranças presentes.

### 3.2. Equipe

A equipe foi composta apenas pelo corpo técnico da Amazonlink – Marta Nogueira (coordenadora), Renato Araújo, Gardenia Rodrigues e Milenna Rocha.



### 3.3. Local

A T.I. Nukini, fica localizada na margem esquerda do Rio Moa, aos pés da Serra do Divisor, no município de Mâncio Lima, foi demarcada em 1993, com uma área de 27.263.521 ha entre a Serra do Divisor e o rio Juruá. A partir de 2000 os Nukini passaram a reivindicar a revisão dos limites norte e oeste de sua terra, sobrepondo este último a uma parte do Parque Nacional da Serra do Divisor, alegando sobreposição sobre seu território tradicional.



A oficina foi realizada, na escola da aldeia Republica, segundo decisão do liderança da comunidade, em uma reunião de articulação da oficina realizada na sede da OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá-, com a presença de representantes da comunidade.

### 3.4. Metodologia

A metodologia de trabalho utilizada na oficina foi baseada na fase piloto do projeto, realizada com o povo Manchineri da T.I. Mamoadate.

A oficina é basicamente construída sobre os seguintes pontos:

- **Apresentação do Projeto “Aldeias Vigilantes”** – Informações sobre os objetivos do projeto, cronograma de execução e parcerias;
- **Nivelamentos de conceitos** – Definição de conceitos como: conhecimentos tradicionais, conhecimento tradicional associado, biodiversidade, biopirataria e reflexão;
- **Leis de proteção dos conhecimentos tradicionais** – apresentação da Convenção da Diversidade Biológica, Constituição Federal e Medida Provisória;



- **Procedimentos de acesso aos recursos genéticos, conhecimentos tradicionais associados e repartição de benefícios** – Passo a Passo para o Acesso ao CTA<sup>2</sup>; Tipos de pesquisa; Anuência Prévia, Contrato de Acesso e Repartição de Benefícios.
- **Sistema de Informações “Aldeias Vigilantes”:** Apresentação dos pontos de apoio e funcionamento do sistema.

Em cima desses conceitos-chave foi montada a seguinte programação:

### 3.4. Programação<sup>3</sup>

#### 1° dia

##### Manhã

- Apresentação da equipe e dos **Objetivos da Oficina.**
  - Histórico do projeto – demandado pela comunidade.
  - O que viemos fazer? Por que? De que forma?
  - O projeto não leva nenhum benefício material ou financeiro, mostrar benefícios indiretos.
- Apresentação de todos – Dinâmica.
- **Teatro** – Simulação de um caso de biopirataria na comunidade. Um visitante chega à aldeia, procura um liderança, simpático, diz que está lá por acaso. No meio da conversa pergunta sobre as plantas e os usos. Pede para o liderança que lhe dê uma erva medicinal e o conhecimento sobre a legislação em troca de presentes. Pede que os demais não saibam, promete voltar outras vezes e trazer mais presentes, vai embora. Vende a planta e o conhecimento para uma indústria que faz um remédio e vende.

<sup>2</sup> Conhecimento Tradicional Associado

<sup>3</sup> Programação já com as adaptações feitas para apresentação ao povo Nukini.





- **Termos de autorização** (respeito ao direito de decidir, visibilidade para a comunidade, promoção do projeto através de relatórios)

Tarde

Perguntas e Problematização: (dividir os participantes em grupos por aldeia e responder as perguntas)

- O que tem na aldeia que queremos proteger? (desenho da aldeia)
- Como proteger?

[gancho: proteger a biodiversidade]

**Biodiversidade** – extrair a noção e depois falar nosso conceito

**Escrever o conceito na língua**

**Dinâmica da biodiversidade**

**2° dia**

Manhã

- Memória do dia anterior

Construção de conceitos:

1. **Conhecimento tradicional** (e comunidade tradicional) – o que é conhecimento tradicional? Pra que serve o conhecimento tradicional?

**Debate**

2. **Conhecimento Tradicional Associado** – Planta, bicho, raiz, folha... Esses Conhecimentos têm algum valor?

**Debate**



3. '**Biopirataria**' ou '**roubo de conhecimento**' (o que caracteriza essa biopirataria – empresa ou pessoa que tira planta, animal ou conhecimento sem autorização)

**Debate** – como se proteger da biopirataria?

Tarde

Listar as leis que protegem os conhecimentos tradicionais e a biodiversidade.

- **Constituição Federal**

- Quem sabe explicar o que é?
- É importante para os povos indígenas?
- Cidadania, direitos: língua, terra, proteção da biodiversidade

- **CDB**

- Quem conhece?
- Por que e como surgiu?
- O que é?
- Princípios
- 8.j – valor, anuência prévia, repartição de benefícios.

- **MP. 2.186/2001**

- Quem sabe o que é?
- Reforça e regulamenta a CDB
- Cria o CGEN
- O que é o CGEN? (Por que foi criado? O que faz?)

**3° dia**

Manhã

Memória do dia anterior

**Como aplicar essas leis???**

2 tipos de pesquisa



- **Pesquisa acadêmica;**
  - Vários tipos de conhecimento
  - Não tem fim econômico
  - Tem benefício – o retorno do conhecimento
  - Passo-a-passo
  - **Teatro** – Simulação de uma pesquisa de nível básico. Um pesquisador de universidade chega à aldeia com autorizações e respaldo das devidas instituições. Deseja fazer uma pesquisa, procura o liderança que o encaminha para uma reunião com a comunidade. O pesquisador faz as explicações necessárias e a comunidade faz perguntas. Pedem para o pesquisador aguardar um pouco do lado de fora para conversarem internamente e discutirem as vantagens e desvantagens daquela proposta. Definem pela realização ou não da pesquisa.
  
- **Pesquisa comercial;**

Problematizar: hoje, o que uma pessoa faz para entrar e pesquisar na terra indígena?

- O Que é **Termo de Anuência Prévia;**
- Quem dá o termo de Anuência;
- Como se dá a discussão sobre a anuência
- (citar exemplos concretos)
  
- O que é **Repartição de Benefícios;**
- Quais os tipos (modalidades) de repartição de benefícios;
- Quais os tipos de atividades nas aldeias dão direito a Repartição de Benefício.
  
- Como se assegura a repartição de
- Benefícios e as demais obrigações: Contrato Acesso.
- O que é Contrato de acesso?
- Pontos (cláusulas) principais.
- Quem assina o contrato ou firma o compromisso. Comunidade Instituição que acessa.

Tarde



**Teatro** – Simulação de uma pesquisa de bioprospecção ou comercial, cumprindo a MP 2.186-16. Um pesquisador de uma empresa chega à comunidade com as autorizações e respaldo das devidas instituições, procura o liderança que o encaminha para uma reunião com a comunidade. O pesquisador faz as explicações necessárias e a comunidade faz perguntas. Pedem para o pesquisador aguardar um pouco do lado de fora para conversarem internamente e discutirem as vantagens e desvantagens daquela proposta. Definem pela realização ou não da pesquisa.

Se não aceitarem: FIM

Se aceitarem: são discutidas as condições gerais, cria-se um documento de anuência prévia e um contrato de acesso e repartição de benefícios. O pesquisador leva até o CGEN, que aprova e autoriza o início da pesquisa.

**Debate geral, compartilhamento de visões.**

**Sistema de informações e pontos de apoio – Dinâmica**

**Avaliação da comunidade**

**Entrega de certificados e despedida**

## [ 4. VIAGEM ]

Após duas oficinas – Katukina e Poyanawa - os técnicos da Amazonlink.org saíram da T.I. Poyanawa no dia 4 de agosto por volta de 7:00 da manhã.

Até a T.I. Nukini, foram 09 horas de viagem em um barco de motor de rabeta, subindo o rio Moa.

A viagem foi bastante cansativa, com um barco pequeno e muita bagagem quase não tínhamos espaço para nos movimentar, mas tudo transcorreu de forma tranquila, pois contamos com a experiência do Sr. João barqueiro Poyanawa, contratado para esta viagem e também com a sorte, de uma chuva ter ocorrido no rio um dia antes da viagem.

Chegando na T.I. Nukini às 17:30, e a comunidade já estava nos aguardando e fomos recebidos pelo cacique Zé Naldo.



Depois de terminado o trabalho, voltamos no dia 10 de agosto, saindo às 7:30 da manhã e chegando novamente à .T.I Poyanawa por volta de 3:30. De lá, contamos com o apoio do carro do IBAMA, que nos levou até Cruzeiro do Sul.

## [ 5. OFICINA ]

Nossa equipe foi muito bem recebida pela comunidade, que nos ofereceu a casa da associação como alojamento. Segundo o cacique, eles tinham recebido o comunicado que enviamos via rádio, avisando de nossa chegada e estavam aguardando nossa chegada. Durante toda a semana anterior foi feita a mobilização dos parentes (denominação utilizada entre os indígenas) para que participassem da oficina. Essa comunidade nos ofereceu uma hospitalidade especial, de forma que não havia acontecido antes. Durante toda a nossa permanência na aldeia recebemos vários presentes da comunidade, desde artesanato até alimentação, como galinhas, frutas e verduras.

No dia seguinte, sábado pela manhã, fomos à escola para dar início à oficina. Após uma hora de espera, constatamos que apenas cerca de 10 pessoas estavam presentes. Segundo os indígenas, o motivo era que no sábado as famílias tinham afazeres especiais relacionados à alimentação, como a caça e a pesca. Da mesma forma, o domingo à tarde é dedicado ao esporte. Discutimos então se continuávamos com poucas pessoas ou marcaríamos um novo começo. Por decisão da maioria dos presentes foi decidido que a oficina começasse no domingo pela manhã, com a tarde livre e continuasse na segunda e terça-feira o dia inteiro. Tivemos então um tempo livre para descansar e conhecer a comunidade.



No domingo de manhã, ao começar a oficina, tivemos a presença de 23 pessoas, dentre elas muitas professoras, estudantes, agentes de saúde e lideranças. Fizemos as apresentações do projeto e dos participantes, falamos dos nossos objetivos e discutimos sobre as autorizações de permanência e uso de imagem. As autorizações foram cedidas sem problemas. Fizemos o teatro sobre a biopirataria para introduzir o problema. Em seguida discutimos



o conceito de biodiversidade e sua importância, o conhecimento tradicional e sua importância e debatemos sobre como proteger e de quem proteger.

O primeiro dia de trabalho foi muito frutífero. Apesar de nossa equipe se encontrava em um momento especial de cansaço, pois estávamos vindo de duas oficinas anteriores, de uma viagem muito cansativa e, por ser final de jornada, já acumulávamos muitos problemas financeiros da viagem, nosso recurso tinha acabado, e não havia como pagar os serviços das duas cozinheiras da comunidade que geralmente fazem toda a alimentação para os participantes, sem contar que as diárias do barqueiro da comunidade, acabaram aumentando em 02 dias, e todas estas despesas são custeadas com recurso das diárias dos técnicos. Por esses motivos estávamos desmotivados e sentimos que poderíamos ter tido melhor desempenho. Por outro lado, a comunidade Nukini da República desenvolveu um dos debates mais férteis até o momento. Muitas questões práticas foram discutidas e várias críticas à legislação vieram à tona, fato que nos surpreendeu bastante.

No segundo dia de oficina, começamos a exposição das leis de proteção aos conhecimentos tradicionais associados. Os direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal geraram grande debate. De forma semelhante às outras comunidades que já visitamos, muitos parecem ouvir sobre seus direitos pela primeira vez. Todos tem a clareza do direito à terra, pois o processo de demarcação e homologação das T.I.s foi acompanhado de perto por todos. Porém, os direitos como saúde, cultura, língua, etc, sempre causam muito interesse. Consideramos que esse é um momento importante da oficina, onde é feita uma reflexão sobre cidadania. O conhecimento sobre direitos desperta a reflexão sobre a situação da T.I., da comunidade, da cultura tradicional e de suas vidas. É um momento muito especial, onde todos podem falar e ser ouvidos, e onde os participantes são convidados a mergulharem na construção de pensamentos e soluções para os problemas expostos.

Uma questão bem recorrente em vários momentos da oficina foi a respeito da "horta do Paulo Alemão". De acordo com os indígenas, o Paulo Alemão (um alemão residente em Mâncio Lima) chegou certo dia à T.I. com a notícia de que haveria pintado um quadro contendo três palavras do idioma Nukini. Segundo ele, o quadro foi vendido por um valor muito alto, e então ele estava lá para repartir os benefícios dessa venda com o povo Nukini. A forma de repartição do benefício foi à implantação de uma horta de medicina tradicional na aldeia





Meia Dúzia. Esta horta foi implantada e segundo os indígenas, o Paulo retorna periodicamente para visitá-la e faz algumas filmagens das senhoras fazendo o manejo. Mesmo antes da oficina, algumas pessoas da comunidade questionavam as relações com Paulo Alemão. Nos parece que algumas pessoas gostariam de mais transparência em relação à sua iniciativa, pois não sabem qual o real objetivo deste trabalho de cultivo da horta.

O debate sobre a Medida Provisória foi da mesma forma muito frutífero. A comunidade se mostrou muito interessada e fez várias críticas. Algumas pessoas, principalmente o cacique daquela aldeia criticaram a abrangência da Medida, no fato de que ela não proteger todo o patrimônio cultural que pode ser usado com finalidade econômica. De acordo com o cacique, além do conhecimento tradicional associado, o acesso e a negociação de outros conhecimentos e produtos tradicionais, como artesanato, brinquedos ou música, podem representar os mesmos riscos, os mesmos lucros e os mesmos benefícios. Por esse motivo, a Medida Provisória não deveria proteger apenas o CTA, mas todos os aspectos culturais e tradicionais que podem ser utilizados por terceiros com fins comerciais. Ainda sobre isso, foi dito que os benefícios gerados por uma empresa de cosméticos ou de fármacos, dificilmente serão repartidos de forma realmente justa.

Durante o debate sobre “proteger de quem?”, foi dito que “hoje em dia não se pode confiar nem nos parentes que vão morar na cidade”. Dessa forma, podemos perceber que, mesmo sem conhecer o termo ‘biopirataria’, a comunidade já está há algum tempo, em um movimento de restrição às trocas e difusão dos conhecimentos tradicionais. Várias comunidades já passaram por experiências de difusão de aspectos de sua intimidade cultural que não consideram positivos. As



experiências do chá de cipó (ayahuasca) e do rapé são sempre citadas. De acordo com eles, essas coisas estão hoje banalizadas nas cidades e até mesmo entre algumas etnias e isso representa uma ameaça à cultura.

Durante à tarde de segunda-feira, fomos acometidos por um intenso calor causado pelas telhas da escola, por isso a oficina tornou-se um pouco apática e sem muita participação. Visivelmente o debate estava prejudicado. Decidimos que era melhor encerrar por ali e dar continuidade na manhã de terça-feira sem prejuízo ao conteúdo.

Na terça-feira retomamos o trabalho com o teatro de um pesquisador chegando à comunidade com a intenção de fazer uma pesquisa sem fins de



lucro a respeito da história da comunidade. Todos os participantes foram convidados a simular uma reunião onde a comunidade deveria recolher informações do pesquisador e decidir sobre autorizá-lo ou não. Nesse momento surgiu um debate muito interessante, pois alguns acharam que o pesquisador geraria para si um benefício bem maior que a simples produção dos conhecimentos científicos, que ele retornaria a comunidade. Esse benefício envolveria sua vida pessoal e seu crescimento profissional a partir do povo indígena. Portando o retorno para a comunidade deveria ser maior que a simples produção do trabalho. Inclusive, alguns disseram não ter interesse na pesquisa, pois existem pessoas na comunidade capazes de fazer isso. " – o pesquisador vai se formar com o conhecimento da comunidade, vai ter um diploma e um salário melhor, então o benefício seria ele dar  $\frac{1}{4}$  de seu salário para a comunidade durante toda a vida enquanto trabalhar", diz Zé Naldo cacique da comunidade.

Esta questão gerou muita polêmica. Algumas pessoas se mostravam satisfeitas com a publicação que seria gerada, enquanto outros se dedicaram a contabilizar os benefícios indiretos que seriam gerados para o pesquisador, benefícios esses que nunca entram na soma da repartição com a comunidade. Para nós, esse debate foi um desdobramento filosófico bastante positivo a respeito de uma enorme passividade histórica de relações desiguais que essas comunidades acumulam com pesquisadores e visitantes. Essa aversão a pesquisadores - especialmente antropólogos e biólogos - revelada na quase totalidade das aldeias em que visitamos, é antiga. E não surgiu por um acaso. Por mais que argumentemos em nossas oficinas que podem existir pesquisas éticas e afinadas com os interesses da comunidade, essa aversão não será desfeita enquanto não aparecerem de fato pesquisadores que se façam valer por esses valores. Infelizmente não há perspectivas para isso em curto prazo, pois é possível perceber que a ótica econômica e contratual da atual legislação, juntamente com o respaldo ético que oferece para a ciência de mercado estão bem aquém da ética esperada pelos povos indígenas.

Por fim, fizemos a exposição sobre o sistema de informações, que não causou muita expectativa, e em seguida fizemos à avaliação final.







## [ 6. AVALIAÇÃO ]

### 6.1. Avaliação com equipe e comunidade

#### 6.1.1. Pontos Positivos

Em avaliação geral, a comunidade se mostrou satisfeita com a oficina realizada. De acordo com as professoras, nunca havia chegado uma equipe com tanto respeito, se identificando, dando informações e explicando com tanta paciência. “Os esclarecimentos sobre os dois tipos de pesquisa, as explicações foram muito boas e as dinâmicas foram bem relacionadas ao tema. A nota foi 10. Espero que voltem”.

Foram destacados como pontos positivos o fato de termos cumprido o compromisso que fizemos em fevereiro no seminário de Cruzeiro do Sul. Outra coisa destacada foram às autorizações pedidas. Nunca uma equipe tinha consultado a comunidade para desenvolver o trabalho e registrar as imagens.

Um participante ressaltou que “não esperavam que uma equipe tão pequena poderia trazer tantos conhecimentos”. Ainda, “ficamos muito felizes porque aprendemos um pouco e recebemos um documento para lembrar das coisas depois”.



#### 6.1.2. Pontos Negativos

Como pontos negativos foram ressaltados o calor, o manual Aldeias Vigilantes definitivo que ainda não ficou pronto, e a alimentação (devido às dificuldades financeiras do projeto não foi possível oferecer café da manhã, almoço e jantar para todos).



## [ 7. ANEXOS ]

I – Lista de Presença em anexo

II – Autorizações